



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS



PLANO DE TRABALHO

2026

1 - Dados Cadastrais

Órgão /Organização da Sociedade Civil (Conveniente)			CNPJ:	
LEMA- LIGA ESPORTIVA DE MARIANA			20.471.025/0001-80	
Endereço				
RUA DA BANQUETA Nº 130, BAIRRO CENTRO				
Cidade	U.F.	CEP	Telefone	E-mail
MARIANA	MG	35420-000	31 98962-7281	lema.oficial@yahoo.com.br
NOME DO ESPONSÁVEL	CPF	C.I.	CARGO	
ALOISIO ARLINDO BENTO	868.452.506-00	MG 6.184.765	PRESIDENTE	
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL		CEP	TELEFONE DE	
BECO DA BANQUETA Nº 141 – A – BAIRRO CENTRO – MARIANA MG		35420-000	CONTATO 31 9 8962-7281	

2 - Descrição do Projeto/Objeto

Título do Projeto:	Período de execução
MARIANA CIDADE DO ESPORTE	05/2026 A 10/2026
Vinculação Legal:	Unidade Administrativa de Apoio:
EMENDA IMPOSITIVA	SECRETARIA DE ESPORTES
Identificação do Objeto:	
O presente Plano de Trabalho tem por objeto o fortalecimento e a estruturação das atividades esportivas desenvolvidas pela Liga Esportiva de Mariana, por meio da contratação de serviços de assessoria administrativa e da aquisição de materiais e insumos necessários à organização, execução	



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

Comissão do Terceiro Setor
Folha: 01

e aprimoramento das competições e eventos esportivos promovidos pela entidade.

A iniciativa contempla a aquisição de material esportivo, uniformes, equipamentos, premiações e materiais de expediente, essenciais para a realização das competições, treinamento de atletas e suporte às atividades administrativas da instituição.

O objeto visa promover melhores condições de organização dos eventos esportivos, incentivar a prática esportiva, contribuir para o desenvolvimento social e esportivo dos participantes e fortalecer o esporte amador no município de Mariana.

Justificativa da Proposição:

A presente proposição justifica-se pela necessidade de fortalecimento e manutenção das atividades esportivas promovidas pela Liga Esportiva de Mariana, entidade tradicional no desenvolvimento e organização do esporte amador no município, desempenhando relevante papel social, educacional e esportivo junto à comunidade.

A realização de competições e eventos esportivos demanda estrutura organizacional adequada, suporte administrativo eficiente e disponibilização de materiais e equipamentos específicos, indispensáveis para garantir a qualidade, segurança e regularidade das atividades desenvolvidas. Nesse contexto, a assessoria administrativa se faz necessária para aprimorar a gestão dos eventos, planejamento das competições, organização documental, prestação de contas e acompanhamento das ações esportivas.

Da mesma forma, a aquisição de material esportivo, uniformes, equipamentos, premiações e material de expediente torna-se essencial para viabilizar a execução das atividades, proporcionar melhores condições de participação aos atletas, incentivar o engajamento dos participantes e garantir o adequado funcionamento administrativo da entidade.

Destaca-se ainda que o esporte é reconhecido como importante instrumento de inclusão social, promoção da saúde, formação cidadã e prevenção de situações de vulnerabilidade social, especialmente entre crianças, adolescentes e jovens. Assim, o apoio às atividades desenvolvidas pela Liga contribui diretamente para o fortalecimento do esporte local, ampliação do acesso à prática esportiva e promoção do desenvolvimento social do município de Mariana.

Público Alvo:

O presente projeto tem como público-alvo atletas amadores vinculados às equipes e associações esportivas participantes das competições organizadas pela Liga Esportiva de Mariana, abrangendo crianças, adolescentes, jovens e adultos do município de Mariana e, eventualmente, de municípios da região.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

Comissão do Terceiro Setor
Folha: 02

Estimativa de Pessoas Atendidas:

O projeto atenderá diretamente 24 equipes associadas à Liga Esportiva de Mariana. Considerando a média estimada de aproximadamente 20 a 25 atletas por equipe, projeta-se o atendimento direto de cerca de 480 a 600 atletas.

Além dos atletas, o projeto também beneficiará indiretamente comissões técnicas, dirigentes esportivos, equipes de apoio, arbitragem, familiares dos participantes e a comunidade que acompanha e participa dos eventos esportivos, ampliando o alcance social das ações desenvolvidas.

3 - Plano de Aplicação e Cronograma de Desembolso

Etapa única:

Prazo de Execução	Valor do Investimento
5 MESES	R\$ 91.470,33

Valor investido

Assessoria Administrativa	R\$ 5.825,86 6%
Material Esportivo	R\$ 59.878,40
Uniforme	R\$ 5.397,00
Equipamentos	R\$ 8.799,00
Premiação	R\$ 7.956,00
Material de Expediente	R\$ 3.614,07

5 . Objetivos, Metas e Resultados

Objetivos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

Comissão do Terceiro Setor
Folha: 06

O presente projeto tem como objetivo fortalecer o esporte amador no município por meio do apoio estrutural às equipes vinculadas à Liga Esportiva de Mariana, proporcionando melhores condições para a realização de competições e eventos esportivos organizados pela entidade. Busca-se disponibilizar materiais esportivos, uniformes e equipamentos adequados para a prática esportiva, incentivar a participação dos atletas nas competições, promovendo integração social, disciplina e qualidade de vida, além de contribuir para a organização e valorização das competições esportivas locais.

Metas:

Como metas, pretende-se atender diretamente 24 equipes associadas à Liga Esportiva de Mariana, por meio da aquisição e disponibilização de uniformes esportivos para as equipes participantes, bem como da aquisição de materiais esportivos necessários para a realização das competições. O projeto também prevê a aquisição de equipamentos destinados à organização e execução dos eventos esportivos, a disponibilização de premiações para as competições realizadas e a aquisição de materiais de expediente para suporte às atividades administrativas relacionadas à organização dos eventos esportivos, viabilizando a realização das competições previstas no calendário esportivo da entidade.

Resultados Esperados:

Como resultados esperados, almeja-se a ampliação da participação de atletas nas competições esportivas organizadas pela Liga, a melhoria na qualidade técnica e estrutural das competições realizadas, o fortalecimento das equipes esportivas do município, a promoção da inclusão social e o incentivo à prática esportiva entre crianças, adolescentes, jovens e adultos. Espera-se ainda promover maior organização e valorização do esporte amador local, bem como estimular a integração comunitária por meio dos eventos esportivos promovidos.

6 - Destinação dos Bens Duráveis Remanescentes

Os bens duráveis adquiridos com recursos provenientes deste projeto serão incorporados ao patrimônio da Liga Esportiva de Mariana e destinados exclusivamente à continuidade e ao aprimoramento das atividades esportivas e administrativas desenvolvidas pela entidade.

Os referidos bens serão utilizados na organização, execução e suporte às competições e eventos esportivos promovidos pela Liga, garantindo a manutenção do interesse público e o atendimento às equipes associadas e à comunidade esportiva local. A entidade compromete-se



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

Comissão do Terceiro Setor
Folha: 01
Município de Mariana MG

a manter o adequado controle patrimonial, conservação e utilização dos bens, assegurando sua finalidade pública e esportiva.

Em caso de encerramento das atividades da entidade ou de descontinuidade do projeto, os bens terão destinação conforme estabelecido na legislação vigente e nas normas aplicáveis ao instrumento de parceria, resguardando o interesse público.

7 - Responsável pela Prestação de Contas

NOME DO ESPONSÁVEL	CPF 868.452.506-00	C.I. MG	CARGO PRESIDENTE
ALOISIO ARLINDO BENTO		6.184.765	
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL	CEP	TELEFONE DE	
BECO DA BANQUETA Nº 141 – A – BAIRRO	35420-000	CONTATO 31 9 8962-	
CENTRO – MARIANA MG		7281	

8 - Documentação

(X) Estatuto da Entidade

(X) Cartão de CNPJ

(X) Quadro Diretivo da Entidade (Posse da Diretoria)

(X) Certidão de Regularidade Fiscal (Receita Federal)

(X) Outros – CND ESTADUAL, MUNICIPAL, TRABALHISTA E FGTS E PLANILHA FINANCEIRA

Mariana, 26 de fevereiro de 2026

ALOISIO ALINDO BENTO

PRESIDENTE

LIGA ESPORTIVA DE MARIANA



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

Comissão do Terceiro Setor
Folha: 03
Município de Mariana, MG

Planilha Orçamentária - Ano de 2026

Indicação: EDIRALDO RAMOS			
VERBA DESTINADA			R\$ 16.082,12
Descrição	Quant.	Valor	Total
Material de expediente	1	R\$ 3.614,07	R\$ 3.614,07
Medalha	380	R\$ 9,90	R\$ 3.762,00
Assessoria Administrativa	1	R\$ 1.005,65	R\$ 1.005,65
Kit arbitragem (apito + cartão)	22	R\$ 64,80	R\$ 1.425,60
Troféu	40	R\$ 99,90	R\$ 3.996,00
Bola Campo	12	R\$ 189,90	R\$ 2.278,80
Total			R\$ 16.082,12

Indicação: ITALO			
VERBA DESTINADA			R\$ 42.885,65
Descrição	Quant.	Valor	Total
Bola de Vôlei	70	R\$ 169,90	R\$ 11.893,00
Bola de Futsal	70	R\$ 159,90	R\$ 11.193,00
Bola Campo	90	R\$ 189,90	R\$ 17.091,00
Assessoria Administrativa	1	R\$ 2.708,65	R\$ 2.708,65
Total			R\$ 42.885,65

Indicação: SAMUEL			
VERBA DESTINADA			R\$ 32.502,56
Descrição	Quant.	Valor	Total
Assessoria Administrativa	1	R\$ 2.111,56	R\$ 2.111,56
Rede de futsal	20	R\$ 399,90	R\$ 7.998,00
Rede de campo	10	R\$ 799,90	R\$ 7.999,00
Kit de uniforme - Diretoria	15	R\$ 139,90	R\$ 2.098,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

Comissão do Terceiro Setor
Folha: 09
Município de Mariana

Agasalho pra Liga - Diretoria	15	R\$ 219,90	R\$ 3.298,50
Computador Completo INV	1	R\$ 4.999,00	R\$ 4.999,00
Impressora INV	1	R\$ 3.800,00	R\$ 3.800,00
Medalha	20	R\$ 9,90	R\$ 198,00
Total			R\$ 32.502,56

Total			R\$ 91.470,33
-------	--	--	---------------

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 028/2026

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MARIANA E LIGA ESPORTIVA DE MARIANA, PARA OS FINS QUE ABAIXO ESPECIFICA.

O **MUNICÍPIO DE MARIANA**, pessoa de direito público, inscrito no CNPJ nº 18.295.303/0001-44 e Inscrição Estadual isento, com sede nesta cidade na Praça JK, s/nº, bairro Centro, CEP 35420-003, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Juliano Vasconcelos Gonçalves, e a Organização da Sociedade Civil **LIGA ESPORTIVA DE MARIANA**, entidade sem fins lucrativos, de utilidade pública municipal, com sede na Rua Dezesseis de Julho, nº 10, Bairro Centro, Município de Mariana/MG, CEP 35420-036, inscrita no CNPJ sob o nº 20.471.025/0001-80, neste ato representado por seu presidente Aloisio Arlindo Bento, portador do CPF nº 868.XXX.506-XX, doravante denominada **OSC**, doravante denominada **OSC**, **RESOLVEM** celebrar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente TERMO DE COLABORAÇÃO decorrente de Emenda Impositiva, se fundamenta nas disposições da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2.014, no Decreto Municipal nº 11.806/2024, Decreto Municipal nº 12.717/2026 e Lei Municipal nº 4.071, de 23/12/2025 que dispõe sobre a Lei Orçamentária para o exercício de 2026. Esse Termo baseia-se nas informações contidas no Processo Administrativo nº 3723/2026, relativo ao procedimento de inexigibilidade de chamamento público, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente TERMO DE COLABORAÇÃO a concessão de apoio financeiro da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** à **OSC** destinado a dar apoio financeiro para compra de material de expediente, material esportivo, uniformes, premiação e aquisição de equipamentos necessários para desenvolvimento do projeto “Mariana, Cidade do Esporte – Festas e Torneios Relâmpagos”, definido no Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS COMPETÊNCIAS E DA GESTÃO

3.1 - As atividades alusivas ao objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO serão executadas pela **OSC** sob supervisão da **SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES, EVENTOS E COMUNICAÇÃO** que realizará o controle e fiscalização.

3.2 - Ficam reservados à **SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES, EVENTOS E COMUNICAÇÃO** os direitos de assunção do objeto do presente termo, a qualquer tempo, assim como da transferência de responsabilidade sobre aquele, no caso de paralisação das atividades ou da ocorrência de fato relevante que venha a prejudicar-lhe o andamento, de modo a evitar a descontinuidade do projeto.

3.3 - Os agentes públicos responsáveis pela gestão da parceria de que trata este instrumento, com poderes de controle e fiscalização, designados por meio da portaria, que deverá ser publicada no Diário Oficial Eletrônico de Mariana - **DOEM** serão os seguintes: **GESTOR**, Helerson Freitas da Silva e Wesley Carlos de Souza.

3.4 - Ao Gestor qualificado no item 3.3 deste instrumento, compete realizar todas as atividades previstas no Decreto Municipal nº 11.806/2024, em especial nos artigos 54; 71 a 73; e 75 a 77.

CLÁUSULA QUARTA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

4.1 - A sistemática de monitoramento e avaliação desta parceria, observará os procedimentos delineados na Seção VII, do Capítulo V, do Decreto Municipal nº 11.806/2024.

4.2 - O Gestor poderá promover visita técnica *in loco* para subsidiar o monitoramento da parceria, podendo notificar a **OSC** com antecedência em relação à data da visita, observando o estabelecido em Ato Normativo Setorial, se houver.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

4.3 - As ações de monitoramento e avaliação poderão utilizar ferramentas tecnológicas, tais como redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos que permitam verificar os resultados da parceria.

4.4 - O acompanhamento da execução será realizado tendo como base o cronograma de execução e o desembolso dos recursos previsto no Plano de Trabalho.

4.5 - A Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada por meio da Portaria nº 001, de 07/01/2025 e alterações posteriores, atuará em caráter preventivo e saneador, visando o aprimoramento dos procedimentos, a padronização e a priorização do controle de resultados.

4.6 - A Comissão de Monitoramento e Avaliação homologará no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, o relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pelo gestor da parceria, que deverá conter os elementos elencados no art. 73, § 1º, incisos I ao VI, Decreto Municipal nº 11.806/2024.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR GLOBAL DA PARCERIA E DA DOTAÇÃO

5.1 - Este instrumento envolve transferência de recursos financeiros da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA para a OSC, que ocorrerá após assinatura do presente termo e conforme cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho.

5.2 - O valor global dos recursos públicos da parceria é de **R\$ 91.470,33 (noventa e um mil quatrocentos e setenta reais e trinta e três centavos)**, oriundos dos recursos financeiros da SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES, EVENTOS E COMUNICAÇÃO na dotação orçamentária nº **25.001.27.812.0014.2.673.335041 recurso 1500.630 ficha 608 e 25.001.27.812.0014.2.673 445041 recurso 1500.630 ficha 788**, que serão depositados em conta bancária específica.

5.3. A liberação dos recursos ocorrerá em uma única parcela, de acordo com o disposto no Plano de Trabalho a que se refere este TERMO DE COLABORAÇÃO.

5.4. Fica declarado pelo Secretário Municipal, signatário deste termo, que em eventuais termos aditivos, indicar-se-ão os créditos para cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro, quando se tratar de Termo de COLABORAÇÃO.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO DE VIGÊNCIA E EFICÁCIA

6.1 - Este instrumento entra em vigor a partir de **14 de maio de 2026** e terá vigência até **14 de maio de 2027**.

6.2 - A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da OSC, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES, EVENTOS E COMUNICAÇÃO em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do fim da vigência prevista nessa Cláusula.

6.3 - A vigência poderá ser alterada por prorrogação de ofício, quando a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA der causa a atraso na execução do objeto, limitada ao exato período do atraso e antes do término da vigência da parceria.

6.4 - A prorrogação de ofício será formalizada nos autos mediante termo de apostilamento, com comunicação à OSC.

CLÁUSULA SÉTIMA - LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

7.1 - A liberação dos recursos será efetivada em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, em consonância com o cronograma de execução.

7.2 - No caso de o cronograma de desembolso prever mais de uma parcela de repasse de recursos, a liberação de cada parcela só ocorrerá após:



7.2.1 - A OSC apresentar a prestação de contas das parcelas anteriores – PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL - nos termos do disposto no Capítulo VI do Decreto Municipal nº 11.806/2024 e da Cláusula Décima deste termo;

7.2.2 - SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES, EVENTOS E COMUNICAÇÃO, responsável pela parceria, verificará a regularidade fiscal da OSC, por meio de consulta às certidões de que trata o inciso II do § 1º do art. 38, do Decreto Municipal nº 11.806/2024;

7.2.3 - Ateste do gestor da parceria; e

7.2.4 - Nas parcerias cuja duração exceda um ano, a liberação das parcelas está condicionada à apresentação da prestação de contas anual ao término de cada exercício.

7.3. A liberação de recursos deverá ser anterior à data prevista para a realização da despesa, vedada a antecipação que estiver em desacordo com o cronograma de desembolso, conforme a natureza do objeto da parceria.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES:

8.1 - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, através da SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES, EVENTOS E COMUNICAÇÃO:

8.1.1 - Transferir para a conta específica da parceria os recursos financeiros previstos para a execução do supramencionado projeto, na forma estabelecida no Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho;

8.1.2 - Acompanhar a execução da parceria, avaliando os seus resultados e reflexos;

8.1.3 - Zelar pelo cumprimento do disposto neste instrumento, na Lei nº 13.019/2014, no Decreto Municipal nº 11.806/2024, inclusive no que refere à Transparência e Controle, conforme disposto no Capítulo II, desse Decreto, e demais atos normativos aplicáveis;

8.1.4 - Appreciar as solicitações apresentadas pela OSC no curso da execução da parceria;

8.1.5 - Orientar a OSC quanto à prestação de contas, inclusive fornecendo normas e instruções para prestação de contas dos recursos financeiros transferidos;

8.1.6 - Analisar e julgar as contas apresentadas pela OSC;

8.1.7 - Analisar as propostas de reformulações do Plano de Trabalho, desde que apresentadas por escrito, acompanhadas de justificativa e que não impliquem na alteração do objeto apoiado;

8.1.8 - Prorrogar de ofício a vigência do termo sempre que houver atraso na liberação dos recursos pactuados, independentemente de solicitação;

8.1.9 - Definir o destino dos bens remanescentes após o fim da execução do termo, celebrando TERMO DE DOAÇÃO, caso solicitado pela OSC, por meio de ofício, cuja autorização ficará a critério da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;

8.1.10 - Não realizar, nem autorizar qualquer tipo de publicidade atinente à presente parceria, nos três meses que antecedem ao pleito eleitoral municipal, nos termos do art.73, inciso VI, "b" da Lei nº 9.504/1997, e observar as condutas vedadas em período eleitoral, de acordo com a referida Lei.



8.2 - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

8.2.1 - Executar a parceria com estrita observância ao plano de trabalho e das cláusulas pactuadas neste termo, sendo vedada a utilização dos recursos para pagamento de despesas previstas no art. 60, do Decreto Municipal nº 11.806/2024.

8.2.2 - Prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, nos termos do Decreto Municipal nº 11.806/2024, Capítulo VI, Seções II a V.

8.2.3 - Devolver, à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, o saldo dos recursos não utilizados, inclusive os rendimentos da aplicação financeira, no prazo de 30 (trinta) dias da conclusão da vigência, extinção, denúncia ou rescisão do presente TERMO.

8.2.4 - Restituir à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido dos juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Pública Municipal, nos seguintes casos:

8.2.4.1 - Quando não for executado o objeto deste TERMO;

8.2.4.2 - Quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas, ou quando esta for reprovada, incidindo a devolução sobre os valores reprovados;

8.2.4.3 - Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste TERMO ou fora de seu prazo de vigência;

8.2.4.4 - Nos demais casos previstos no Decreto Municipal nº 11.806/2024 e na Lei nº 13.019, de 2014.

8.2.5. Manter registro contábil e patrimonial em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, inclusive, na hipótese de aquisição de bens com os recursos da parceria.

8.2.6. Abrir conta corrente específica em instituição financeira pública, isenta de tarifa bancária, nos termos do art. 51 da Lei nº 13.019/2014 e do art. 62 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, para que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA efetue o depósito dos recursos, unicamente para consecução do objeto deste termo e em conformidade com o Plano de Trabalho.

8.2.6.1 - Manter e movimentar os recursos recebidos na conta bancária, de que trata o item 8.2.6, deste termo, nos termos do art. 62 do Decreto Municipal nº 11.806/2024;

8.2.6.2 - Manter os recursos recebidos aplicados no mercado financeiro, enquanto não utilizados, na forma do disposto nos itens 8.2.6 e 8.2.6.1, deste termo.

8.2.6.3 - Declarar expressamente a ciência das obrigações de que tratam os itens 8.2.6 a 8.6.2, deste termo, bem como informar a conta aberta para receber o recurso como exclusiva para a sua movimentação, conforme ANEXO I, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

8.2.7. - Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

8.2.8. Garantir os recursos humanos e materiais necessários para a execução do objeto do presente termo, sendo vedada a utilização dos recursos recebidos da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ou aqueles correspondentes à sua contrapartida, em finalidade diversa da estabelecida neste termo.

8.2.9. Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, dentre



outros, relacionados à execução do objeto previsto, neste termo, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

8.2.10. Remunerar eventuais profissionais envolvidos no projeto respeitando o piso salarial da categoria.

8.2.11. Garantir o livre acesso dos agentes da SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES, EVENTOS E COMUNICAÇÃO, do Controle Interno do Município e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, aos documentos e informações relacionadas ao presente termo, aos locais de execução do respectivo objeto, bem como de todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente.

8.2.12. Divulgar, em página da OSC na internet, caso mantenha, inclusive em redes sociais, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações exigidas no § 1º, incisos I ao V, do art. 8º do Decreto Municipal nº 11.806/2024.

8.2.13. Não realizar despesas em data anterior ou posterior à vigência deste termo.

8.2.14. Observar as condutas vedadas em período eleitoral, de acordo com a Lei nº 9.504/1997, assim como não realizar despesas com publicidade de qualquer natureza nos 3 (três) meses que antecedem o pleito eleitoral municipal, nos termos do art. 73, inciso VI, alínea "b" da mesma Lei.

8.2.14.1. Com exceção do período eleitoral de que trata o item 8.2.14, deste termo, poderá realizar publicidade relativamente à parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, veicular e inserir o nome e os símbolos oficiais do Governo Municipal / Secretaria em toda a divulgação relativa ao projeto incentivado, das quais não constem nomes, símbolos ou imagem que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA NONA – DAS DESPESAS

9.1 - As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas em estrita observância ao plano de trabalho aprovado e as cláusulas pactuadas, neste termo.

9.2 - Poderão ser pagas, dentre outras necessárias, com recursos vinculados à parceria as seguintes despesas:

9.2.1 - Remuneração da equipe de trabalho, podendo contemplar as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo-terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, relativos ao período de vigência da parceria;

9.2.2 - Custos indiretos, tais como, despesas com internet, aluguel, telefone, consumo de água e luz e remuneração de serviços contábeis.

9.3 - Não poderão serem pagas com recursos vinculados à parceria as seguintes despesas:

9.3.1 - Despesas com finalidade alheia ao objeto da parceria;

9.3.2 - Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

9.3.3 - Despesa cujo fato gerador não tenha ocorrido durante a vigência do instrumento da parceria;

9.3.4 - Pagar multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora



dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Municipal na liberação de recursos financeiros.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1 - A prestação de contas será o procedimento em que se analisa e se avalia a execução da parceria visando a demonstração e verificação do cumprimento do objeto, o alcance das metas e dos resultados previstos, compreendendo a fase de apresentação das contas, de responsabilidade da OSC e análise e manifestação conclusiva das contas, de responsabilidade da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, observado o disposto no Capítulo VI do Decreto municipal nº 11.806/2024, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle.

10.2 - A OSC fica obrigada a demonstrar à boa e regular aplicação dos valores recebidos, mediante detalhada prestação de contas e comprovação da execução do objeto, que deverá ser apresentada observando o disposto na cláusula sétima, deste termo, nos moldes e prazos dispostos a seguir:

10.2.1 - PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL: deverá conter Relatório de Execução do Objeto, Relatório de Execução Financeira, bem como os demais documentos elencados no art. 81 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, e deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES, EVENTOS E COMUNICAÇÃO, em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada etapa do cronograma de execução, em consonância com o cronograma de desembolso aprovado;

10.2.2 - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL: deverá conter os documentos elencados no inciso I do § 2º do art. 84, do Decreto Municipal nº 11.806/2024, e deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES, EVENTOS E COMUNICAÇÃO até 31 de janeiro do exercício financeiro seguinte à transferência dos recursos, podendo ser solicitada prorrogação de prazo, por até 15 (quinze) dias, desde que devidamente justificada;

10.2.3 - PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL: deverá conter os documentos de que trata o art. 86 c/c o art. 87, incisos I, II e § 1º, todos do Decreto Municipal nº 11.806/2024 e, sem prejuízo da prestação de contas anual, deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES, EVENTOS E COMUNICAÇÃO no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

10.2.3.1 - Quando o final da vigência da parceria não coincidir com o encerramento do ano civil, a OSC deverá apresentar os documentos de que o item 10.2.2, deste termo, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do término da vigência do instrumento.

10.2.4 - PRESTAÇÃO DE CONTAS ÚNICA: deverá conter Relatório de Execução do Objeto, Relatório de Execução Financeira, bem como dos demais documentos elencados no art. 92 c/c o art. 93, incisos I, II e parágrafo único, todos do Decreto municipal nº 11.806/2024, e deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES, EVENTOS E COMUNICAÇÃO no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

10.3. SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES, EVENTOS E COMUNICAÇÃO, em sua análise, deverá considerar, além da prestação de contas de responsabilidade da OSC, os seguintes relatórios elaborados internamente, conforme o caso:

10.3.1 - Relatório de visita técnica *in loco* eventualmente realizada durante a execução da parceria;

10.3.2 - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo;

10.3.3 - Os resultados das pesquisas de satisfação.



10.4 - A análise da prestação de contas de que trata o item 10.3, deste termo, não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes, entretanto, o cumprimento, pela OSC, do disposto nesta cláusula e nos itens 7.2 a 7.2.4, deste termo, é condição indispensável para a liberação dos repasses de recursos.

10.5 - O descumprimento do disposto nesta cláusula, assegurado o contraditório e a ampla defesa, determinará a inadimplência e abertura da Tomada de Contas Especial, além das sanções previstas neste termo.

10.6 - A prestação e contas deve obedecer, no que couber, o que diz o Decreto Municipal 12.163 de 1 de fevereiro de 2025, especificamente nos artigos 18 e seguintes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO E DAS SANÇÕES

11.1 - Na hipótese de descumprimento por parte da OSC, de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento ou em seus aditamentos e na ausência de justificativa, estará ela sujeita às sanções previstas no art. 104 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, observadas as demais disposições contidas nos arts. 105 a 116, do referido Decreto.

11.2 - Este instrumento de parceria poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, nos termos do Capítulo VIII do Decreto Municipal nº 11.806/2024.

11.2.1 - Na ocorrência de denúncia, os partícipes serão responsáveis somente pelas obrigações relativas ao período em que participaram voluntariamente da parceria, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes.

11.2.2 - A Rescisão poderá ocorrer, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção:

11.2.2.1 - Nas hipóteses de inexecução por culpa exclusiva da OSC;

11.2.2.2 - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

11.2.2.3 - Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

11.2.2.4 - Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

11.2.2.5 - Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS

12.1 - Todas as obrigações sociais, fiscais, previdenciárias, trabalhistas e tributárias oriundas da execução e aplicação deste termo serão de total responsabilidade da OSC, ficando excluída qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 - A eficácia deste instrumento fica condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mariana - DOEM, a ser providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA até 20 (vinte) dias após a assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Mariana, Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

do presente termo, sendo obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa do caso, com a participação da Procuradoria Geral do Município.

As partes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que, na presença das 02 (duas) testemunhas que também o assinam, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Mariana, 14 maio de 2026.



Juliano Vasconcelos Gonçalves
Prefeito Municipal



Bruno Ricardo de Freitas
Secretário Municipal de Esportes, Eventos e
Comunicação



Aloisio Arlindo Bento
Liga Esportiva de Mariana

Testemunhas:

1 - _____
NOME/CPF

2 - _____
NOME/CPF

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Eu, **Aloisio Arlindo Bento**, portador do CPF nº 868.XXX.506-XX, residente na Rua Mestre Vicente, nº 141, bairro Santana, Mariana/MG, CEP 35424-006, na condição de Presidente da OSC **LIGA ESPORTIVA DE MARIANA**, CNPJ nº 20.471.025/0001-80, DECLARO SOB AS PENAS DA LEI:

a) Estar ciente de que é minha a responsabilidade de abrir conta corrente específica em instituição financeira pública, isenta de tarifa bancária, nos termos do art. 51 da Lei nº 13.019/2014 e do art. 62 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, bem como informar a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA da abertura da conta bancária, com os respectivos dados para depósito;

b) Estar ciente de que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA efetuará o depósito dos recursos, unicamente na conta bancária específica, nos termos declarados na letra "a", para consecução do objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO, em conformidade com o Plano de Trabalho;

c) Estar ciente de que toda a movimentação de recursos no âmbito desta parceria será realizada mediante transferência eletrônica com a identificação do beneficiário final, mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, por meio de transferências eletrônicas, débitos automáticos, boletos bancários ou outras formas regulamentadas pelo Sistema Financeiro Nacional, salvo na hipótese de impossibilidade de pagamento por qualquer dos meios mencionados, desde de que previsto e justificado no plano de trabalho;

d) Estar ciente que, enquanto não utilizados, devo manter os recursos recebidos aplicados no mercado financeiro, em cadernetas de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo.

Mariana, 14 de maio de 2026.


Aloisio Arlindo Bento
Liga Esportiva de Mariana
Presidente da OSC